

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE  
CAVALEIROS

REGULAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE MACEDO DE  
CAVALEIROS

## ÍNDICE

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Secção I – Disposições gerais

### **CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Secção I - Da recolha de águas residuais

Secção II - Dos contratos

Secção III - Direitos e obrigações

### **CAPÍTULO III - CONDIÇÕES TÉCNICAS DA DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**

Secção I - Sistema de drenagem pública de águas residuais

Secção II - Projectos e obras

Secção III - Sistemas prediais de drenagem de águas residuais

Secção IV - Da admissão de águas residuais nos sistemas de drenagem pública

### **CAPÍTULO IV –TARIFAS E SERVIÇOS**

Secção I – Regime tarifário e serviços prestados

Secção II – Isenções e reduções

### **CAPÍTULO V - PENALIDADES, RECLAMAÇÕES E RECURSOS**

Secção I - Penalidades

Secção II - Reclamações e recursos

### **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Secção I – Disposições finais e transitórias



## PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

### Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, veio instituir o novo regime geral a que se devem subordinar os sistemas de drenagem de águas residuais, dispondo o seu artigo 32º que as autarquias locais devem adaptar os seus regulamentos em conformidade com esse regime.

Posteriormente, o Decreto Regulamentar n.º23/95, de 23 de Agosto, e complementado pela Portaria 762/2002, de 1 de Julho, aprovou o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

Neste contexto, ciente da importância que um regulamento tem na eficaz e eficiente gestão do sistema de drenagem de águas residuais no concelho de Macedo de Cavaleiros, observado o disposto no n.º7 do artigo 112º da Constituição da República Portuguesa e a Lei nº42/98, de 8 de Agosto, bem como o conjunto das disposições legalmente previstas, respectivamente, na alínea a) do n.º6 do artigo 64º e na alínea a) do n.º2 do artigo 53º, ambas da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, aprovou em sessão de 28 de Dezembro de 2006 o presente regulamento.



## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

### Secção I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Artigo 1º (Objecto)

1 - O presente Regulamento Municipal estabelece as normas complementares contidas no Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto, e no Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto, alterado pela Declaração de Rectificação n.º153/95, de 30 de Novembro, e complementado pela Portaria n.º762/2002, de 1 de Julho definindo ainda outras regras e condições necessárias ao correcto desempenho das atribuições municipais em matéria de recolha e drenagem de águas residuais no Concelho de Macedo de Cavaleiros, designadamente quanto às condições administrativas de recolha de águas residuais, estrutura tarifária, penalidades, reclamações e recursos.

2 - O presente Regulamento aplica-se a todos os sistemas de drenagem pública em baixa e predial de águas residuais.

3 - O presente Regulamento deverá ser citado como o Regulamento Municipal de Águas Residuais do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

4 - O presente Regulamento será revisto sempre que necessário, e tendo em conta a Legislação em vigor e outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

##### Artigo 2º (Legislação aplicável)

1 - A recolha e drenagem pública e predial de águas residuais, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, obedecerá ao disposto no Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto e no Decreto-Regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto, alterado pela Declaração de Rectificação n.º153/95, de 30 de Novembro, e complementado pela Portaria n.º762/2002, de 1 de Julho.

2 - Em tudo o omissis, no presente Regulamento, respeitar-se-ão as disposições legais e regulamentares em vigor, em particular em matéria de defesa dos direitos dos consumidores, protecção dos recursos naturais e saúde pública.

3 - As dúvidas na interpretação ou aplicação de qualquer preceito deste Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, no âmbito das respectivas competências.

##### Artigo 3º (Entidade Gestora)

1 - Na área do Concelho de Macedo de Cavaleiros a Entidade Gestora responsável pela concepção, construção e exploração dos sistemas públicos de recolha e drenagem de águas residuais é o Município, através da Câmara Municipal.



2 - Poderá o Município estabelecer protocolos de cooperação com outras entidades ou associações de utentes, nos termos da lei.

3 - Além de outras obrigações previstas na lei, designadamente no artigo 4º, nº 3 do Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto, é da responsabilidade da entidade gestora garantir a articulação entre o plano geral de recolha e drenagem de águas residuais, referido no artigo seguinte, e o Plano Director Municipal e com outros planos regionais ou nacionais.

4 - A concepção e construção de novos sistemas públicos obedecerá a um projecto a aprovar pela Câmara Municipal, em conformidade com o plano geral de recolha e drenagem de águas residuais e tendo como objectivo a resolução de problemas numa perspectiva global, tendo em conta a articulação no planeamento urbanístico.

## **CAPÍTULO II CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### Secção I

#### DA RECOLHA DE ÁGUAS RESIDUAIS

##### Artigo 4º (Obrigatoriedade de ligação)

1 - Nas zonas servidas por sistemas de drenagem pública de águas residuais é obrigatório estabelecer, em todas as edificações, construídas ou a construir, quer marginando vias públicas, quer afastadas delas, pela forma estabelecida no presente Regulamento, a ligação das instalações e equipamentos de evacuação das águas residuais, qualquer que seja o seu tipo, àqueles sistemas.

2 - A instalação dos sistemas de drenagem prediais é promovida pelos respectivos proprietários ou usufrutuários, a cargo de quem ficarão as respectivas despesas.

3 - Logo que a ligação ao sistema entre em funcionamento, os proprietários ou usufrutuários das edificações onde existam fossas, depósitos ou poços absorventes para despejo de águas residuais ou de excreta serão obrigados a entulhá-los dentro de trinta dias, depois de esvaziados e desinfectados, devendo as matérias retiradas ser enterradas em aterro sanitário ou em condições aprovadas pela entidade gestora.

4 - É proibido construir quaisquer instalações de tratamento e de destino final, nomeadamente fossas ou poços absorventes, nas zonas servidas por sistema de drenagem pública de águas residuais.

5 - Exceptuam-se do disposto no número anterior as instalações de pré-tratamento de águas residuais industriais, a montante da ligação ao sistema, e as instalações individuais de tratamento e destino final de águas residuais industriais, devidamente aprovadas e controladas pela entidade gestora.

6 - As edificações desabitadas ou em vias de expropriação ficam isentas da obrigação prevista no número 1 deste artigo, desde que, no seu interior, se não produzam quaisquer águas residuais ou excreta.



Artigo 5º  
(Responsabilidade por danos nos sistemas prediais)

A entidade gestora não assume qualquer responsabilidade por danos que possam sofrer os utilizadores em consequência de perturbações ocorridas nos sistemas públicos que ocasionem interrupções no serviço, desde que resultem de casos fortuitos ou de força maior ou de execução de obras previamente programadas, sempre que os utilizadores forem avisados com, pelo menos, dois dias de antecedência.

Secção II  
DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Artigo 6º  
(Direitos dos utentes)

1 - Os utentes gozam dos seguintes direitos:

- a) A garantia da existência e bom funcionamento global dos sistemas de drenagem pública de águas residuais, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto;
- b) O direito à informação sobre todos os aspectos pertinentes da drenagem de águas residuais e ainda do controlo da poluição daí resultantes;
- c) O direito de solicitarem vistorias;
- d) O direito de reclamação dos actos ou omissões da entidade gestora que possam prejudicar os seus direitos ou interesses legalmente protegidos;

Artigo 7º  
(Deveres dos utentes)

1 - São deveres dos utentes:

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento e as disposições pertinentes dos diplomas referidos no artigo 2º, na parte em que lhes são aplicáveis, e respeitar as intimações que lhes sejam dirigidas pelos órgãos competentes, fundadas neste Regulamento;
- b) Pagar pontualmente as importâncias devidas, nos termos do Regulamento, até ao termo deste;
- c) Não fazer uso indevido ou danificar as instalações prediais;
- d) Manter em bom estado de conservação e funcionamento os aparelhos sanitários e os dispositivos de utilização;
- e) Cooperar com a entidade gestora para o bom funcionamento dos sistemas.

Artigo 8º  
(Deveres dos proprietários ou usufrutuários)

1 - São deveres dos proprietários ou usufrutuários dos edifícios servidos por sistemas de drenagem de águas residuais:

- a) Cumprir as disposições do presente Regulamento bem como as dos diplomas referidos no artigo 2º, na parte em que lhes são aplicáveis, e respeitar e



- executar as intimações que lhes sejam dirigidas pelos órgãos competentes, fundadas neste Regulamento;
- b) Não proceder a alterações nos sistemas sem prévia autorização da entidade gestora;
  - c) Manter em boas condições de conservação as instalações prediais;
  - d) Pedir a ligação à rede, logo que reunidas as condições que a viabilizem, ou logo que intimados para o efeito, nos termos deste Regulamento;
  - e) Cooperar com a entidade gestora para o bom funcionamento dos sistemas.

Artigo 9º  
(Deveres da Entidade Gestora)

1 - Além das obrigações gerais e específicas a que alude o artigo 3º, deve a entidade gestora:

- a) Garantir a continuidade e o bom funcionamento dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais;
- b) Assegurar, antes da entrada em serviço dos sistemas, a realização dos ensaios que assegurem a perfeição do trabalho executado;
- c) Definir, para a recolha de águas industriais, os parâmetros de poluição suportáveis pelo sistema;
- d) Assegurar um serviço de informação eficaz, destinado a esclarecer os utentes sobre questões relacionadas com a drenagem de águas residuais;
- e) Designar um técnico responsável pela exploração do sistema público de drenagem de águas residuais;
- f) Velar, em geral, pela satisfação dos direitos dos consumidores.

Artigo 10º  
(Exclusão da responsabilidade da Entidade Gestora)

1 - A Entidade Gestora não assume qualquer responsabilidade:

- a) Pelos prejuízos que possam sofrer os utentes, em consequência de avarias ou perturbações nas canalizações das redes de drenagem;
- b) Por motivo de obras que exijam a suspensão do serviço;
- c) Por outros casos fortuitos ou de força maior, não imputáveis à Entidade Gestora;
- d) Por descuidos, defeitos ou avarias nas instalações particulares.

2 - Compete aos utentes tomar providências necessárias para evitar os acidentes que possam resultar das perturbações na rede de drenagem.



### CAPÍTULO III

## CONDIÇÕES TÉCNICAS DA DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

### Secção I

#### SISTEMAS DE DRENAGEM PÚBLICA DE ÁGUAS RESIDUAIS

##### Artigo 11º

(Sistemas de drenagem pública. Definição, Propriedade)

1 - Consideram-se sistemas de recolha e drenagem públicas de águas residuais ou simplesmente sistemas de drenagem o conjunto de obras, instalações e equipamentos inter-relacionados capazes de proporcionar a recolha e a evacuação das águas residuais domésticas, industriais e pluviais, em condições que permitam conservar, proteger ou restabelecer a qualidade do meio receptor e do ambiente em geral.

2 - Os sistemas de drenagem são fundamentalmente constituídos por redes de drenagem ou redes de colectores e estações elevatórias, nas quais se incluem, além destes, os ramais de ligação, as câmaras e poços de visita, sarjetas e valetas, assim como outras obras e instalações, como sejam as bacias de retenção, câmaras de corrente de varrer, descarregadores de tempestade e de transferência.

3 - Os sistemas de drenagem são propriedade do Município, competindo à entidade gestora zelar pela sua planificação, manutenção, conservação e funcionamento.

##### Artigo 12º

(Redes de drenagem executadas por outras entidades)

Sempre que qualquer entidade se proponha executar redes de drenagem em substituição da entidade gestora, nomeadamente, no caso de novas urbanizações ou de zonas não servidas pelos sistemas existentes e não abrangidas pelo plano geral de drenagem, deverá o projecto relativo a essas redes conformar-se com o disposto no presente regulamento e demais legislação em vigor e ser aprovado pela entidade gestora.

##### Artigo 13º

(Ampliação da rede de drenagem)

1 - A extensão das redes de drenagem de águas residuais a zonas não abrangidas pelo plano geral de drenagem, por a recolha não ser viável devido a razões técnicas e económicas, poderá ser requerida pelos interessados desde que se comprometam a custear os encargos envolvidos.

2 - A entidade gestora só promoverá a execução das obras mencionadas no número anterior depois de os interessados terem depositado a quantia por ela estimada.

3 - Sempre que as obras não sejam promovidas pela entidade gestora, é obrigatório o acompanhamento da empreitada por parte dos serviços técnicos da entidade gestora.

4 - A repartição dos encargos far-se-á em função do valor patrimonial dos prédios ou fogos a servir, se outro critério mais equitativo não for estabelecido pelos interessados e aceite pela entidade gestora.





5 - As redes ou troços da rede previstos no presente artigo e no artigo anterior passam a integrar o património do Município, após a sua regular entrada em funcionamento.

## Secção II

### PROJECTOS E OBRAS

#### Artigo 14º

(Responsabilidade pela elaboração)

Os projectos de sistemas de drenagem predial com todas as instalações e equipamentos que o integram e, quando for caso, dos projectos de redes de drenagem a integrar no sistema público, serão elaborados por técnicos habilitados para o efeito.

#### Artigo 15º

(Elementos de base)

É da responsabilidade do autor do projecto a recolha de elementos de base para a respectiva elaboração devendo, no entanto, a entidade gestora fornecer a informação de interesse, como sejam os factores e condicionamentos gerais a considerar, a localização, profundidade e diâmetro do colector público e outras características consideradas necessárias.

#### Artigo 16º

(Projecto. Obrigatoriedade. Peças)

1 - Nos casos de construção, reconstrução, ampliação ou modificação de edificações, é obrigatória a apresentação de um projecto que contere as peças indicadas nos números seguintes.

2 - As peças escritas que instruem o projecto são: Memória descritiva e justificativa, onde constem a indicação dos aparelhos sanitários a instalar e as suas características, a natureza de todos os materiais e acessórios, os tipos de juntas e as condições de assentamento das canalizações; dimensionamento dos sistemas, incluindo cálculos hidráulicos, indicação dos diâmetros e inclinações a utilizar e características geométricas do ramal de ligação a executar ou a verificar, caso já exista; caderno de encargos, contendo especificamente as condições teóricas de execução da obra e outros julgados necessários.

3 - São as seguintes as peças desenhadas: Planta e corte do esquema geral dos sistemas, incluindo ramal de ligação, na escala mínima de 1:100; planta e corte das compartimentações sanitárias e de cozinhas na escala mínima de 1:20, incluindo, só no que respeita às águas residuais domésticas, a caracterização dos ramais de descarga e ventilação e dos sifões; planta de implantação, na escala mínima de 1:200, dos órgãos de tratamento, no caso da não existência de rede de drenagem colectiva; outros pormenores julgados necessários à boa interpretação do projecto na fase das obras.

4 - O disposto nos números anteriores aplica-se, com as necessárias adaptações, a quaisquer obras tendentes à modificação da utilização do solo.



Artigo 17º  
(Apresentação, apreciação e aprovação)

1 - O projecto será aprovado pelo Município após apreciação e parecer favorável da Divisão de Ambiente e Abastecimento Público.

2 - Para tanto, devem ser apresentados três exemplares do projecto.

3 - Nos casos em que as obras a realizar estejam dispensadas de licenciamento municipal, o técnico responsável pelos trabalhos a realizar deve comunicá-los, com uma antecedência mínima de 15 dias, à entidade gestora, a qual poderá exigir a apresentação de projecto simplificado, a elaborar nos termos a estabelecer por deliberação da Câmara Municipal e que conterà pelo menos as peças desenhadas.

4 - Em todos os casos em que seja de prever um significativo impacto qualitativo ou quantitativo no sistema de drenagem pública, devem os sistemas prediais ser aprovados pela entidade gestora, mesmo que as edificações em causam não careçam de licenciamento municipal.

5 - Na falta de aprovação, proceder-se-á à notificação do requerente para que promova as alterações julgadas indispensáveis, a fim de serem consideradas no projecto inicial, se tal for viável.

Artigo 18º  
(Alterações)

1 - Todas as alterações ao projecto aprovado, que impliquem modificações dos sistemas prediais, devem ser aprovadas pela entidade gestora ou merecer a concordância desta.

2 - Esta decidirá, em cada caso e em função da envergadura das modificações, se estas podem ser simplesmente autorizadas ou se devem ser objecto de apreciação e aprovação, por se traduzirem em projecto substancialmente diferente do anterior.

Artigo 19º  
(Exemplar da obra)

1 - Uma vez aprovado o projecto, será devolvido ao requerente um exemplar do mesmo, o qual deverá permanecer no local dos trabalhos, em bom estado de conservação e ao dispor da fiscalização.

2 - Tratando-se de simples autorização da Entidade Gestora, deve a mesma estar igualmente no local dos trabalhos, acompanhada das modificações requeridas.



### Secção III

## SISTEMAS PREDIAIS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

### Artigo 20º

(Sistemas de drenagem predial. Definição)

1 - Sistema de drenagem predial é o conjunto constituído por instalações e equipamentos privativos de determinado prédio e destinados à evacuação das águas residuais até à rede pública, assim como ao controlo da poluição e à salvaguarda da salubridade.

2 - Integram o sistema predial:

- a) As instalações e equipamentos existentes no prédio e até à caixa de ramal, abrangendo designadamente os aparelhos sanitários, ramais de descarga, tubos de queda e rede de ventilação;
- b) As instalações e equipamentos situados nas câmaras de visita e de inspecção necessárias e a caixa de ramal de domiciliário.

3 - O ramal de ligação é constituído pelo troço de canalização compreendido entre a rede pública e o limite da propriedade a servir. Cada ramal de ligação terá na via pública, junto ao limite da propriedade a servir, uma câmara de ligação com dimensões a definir pela entidade gestora e com tampa ao nível do pavimento.

### Artigo 21º

(Responsabilidade pela execução)

Cabe aos proprietários e usufrutuários executar todas as obras necessárias ao estabelecimento, remodelação ou renovação dos sistemas de drenagem privativos das respectivas edificações, após aprovação do respectivo projecto pelo Município.

### Artigo 22º

(Obras coercivas)

1 - Por razões de defesa da saúde pública ou para defesa das instalações, a Entidade Gestora, pode executar, independentemente de solicitação ou autorização do proprietário, usufrutuário ou comodatário, as obras que se tornem necessárias, correndo as despesas daí resultantes por conta destes.

2 - As intervenções referenciadas no número anterior só poderão ser efectuadas pela Entidade Gestora nos casos em que o proprietário, usufrutuário ou comodatário tenha sido notificado para executar obras de sua responsabilidade, sem que o tenha feito no prazo concedido.



Artigo 23º  
(Entrada em funcionamento)

1 - Nenhum sistema predial novo, reconstruído ou ampliado pode entrar em funcionamento sem que tenha sido verificado e considerado apto pela Entidade Gestora.

Secção IV

DA ADMISSÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS NOS SISTEMAS DE DRENAGEM PÚBLICA

Artigo 24º  
(Admissão de águas residuais)

1 - Só podem ser recolhidas, tratadas e conduzidas a destino final, através dos sistemas de drenagem, as águas residuais com as características qualitativas e quantitativas admissíveis.

2 - A admissibilidade referida no número anterior será decidida pela entidade gestora, tendo em conta as determinações da lei e as características do sistema de drenagem pública.

3 - Em caso algum podem ser lançadas nos sistemas de drenagem as matérias e substâncias que a Lei qualifica como interditas.

Artigo 25º  
(Classificação geral de águas residuais)

1- Para efeitos do disposto no número anterior, as águas residuais são classificadas nas seguintes categorias gerais:

- a) Águas residuais domésticas;
- b) Águas residuais industriais;
- c) Águas residuais pluviais;
- d) Águas residuais urbanas.

Artigo 26º  
(Águas residuais domésticas)

As águas residuais domésticas são provenientes das edificações ou de parte das edificações de tipo residencial e de serviços, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de actividades domésticas.

Artigo 27º  
(Águas residuais industriais)

As águas residuais industriais são todas as águas residuais provenientes de qualquer tipo de actividades que não possam ser classificadas como águas residuais domésticas nem sejam águas pluviais



Artigo 28º  
(Águas residuais pluviais)

1 - As águas residuais pluviais são constituídas, em geral, pelas seguintes fracções:

- a) Águas de precipitação atmosférica;
- b) Águas com origem diferente das anteriormente referidas que se misturam com elas.

2 - As águas de precipitação atmosférica têm origem nesta mesma precipitação e são provenientes de drenagem de arruamentos e de outras superfícies, não sendo a sua constituição de molde a causar prejuízos aos meios receptores e à estrutura dos sistemas de drenagem, a não ser em casos especiais que saem fora do âmbito do presente Regulamento e terão de ser objecto de estudo.

3 - As águas que têm origem diversa das águas de precipitação atmosférica mas possuem características semelhantes de inocuidade para os meios receptores e estruturas dos sistemas de drenagem, podem ter as seguintes proveniências:

- a) Águas de drenagem sub-superficial;
- b) Águas de lavagem de superfícies não especialmente poluídas ou contaminadas, nomeadamente as provenientes de actividades municipais de higiene e limpezas;
- c) Águas de arrefecimento, cuja temperatura, à entrada nos sistemas de drenagem, não ultrapasse os 30°C;
- d) Águas provenientes de processos industriais, cuja qualidade as torne inócuas para os meios receptores e para as estruturas dos sistemas de drenagem.

Artigo 29º  
(Águas residuais urbanas)

1 - Consideram-se águas residuais urbanas todas as águas residuais, de qualquer proveniência, que foram submetidas às imposições estabelecidas no presente Regulamento para poderem ser lançadas em sistemas de drenagem pública.

2 - As águas residuais urbanas são constituídas, em geral, pelas seguintes fracções:

- a) Águas residuais domésticas;
- b) Águas residuais industriais;
- c) Mistura das referidas nas alíneas anteriores com águas pluviais.

Artigo 30º  
(Águas de infiltração)

1 - Em todos os sistemas de drenagem encontram-se águas de infiltração provenientes da penetração de águas superficiais ou subterrâneas que, por falta de estanquicidade ou outro defeito, permanente ou acidental, se vão juntar às restantes águas residuais.

2 - Estas águas possuem características que as assemelham às águas pluviais.



Artigo 31º  
(Equiparação de características)

1 - Aplicar-se-ão à admissão em sistemas de drenagem, no que respeita à equiparação de características, as regras constantes deste artigo.

2 - Às águas residuais provenientes de actividades comerciais e industriais com características idênticas às águas residuais domésticas, aplicar-se-ão as disposições relativas às águas residuais domésticas.

3 - Às águas residuais provenientes de actividades comerciais com características idênticas a águas residuais industriais, aplicar-se-ão as disposições relativas às águas residuais industriais.

4 - Às águas de infiltração aplicar-se-á o que está disposto relativamente a águas pluviais, ou, no caso de se misturarem com quaisquer outras águas residuais, o que é regulamentado para estas.

Artigo 32º  
(Admissão de águas residuais urbanas em sistemas separativos)

1 - São admissíveis, em sistemas de drenagem do tipo separativo, as seguintes categorias de águas residuais:

- a) Águas residuais domésticas;
- b) Águas residuais industriais com características apropriadas.

2 - As características apropriadas para admissão de águas residuais industriais são as que se determinam nos artigos 24º, 34º e 35º.

Artigo 33º  
(Admissão de águas residuais pluviais em sistemas separativos)

1 - São admissíveis em redes pluviais dos sistemas de drenagem do tipo separativo, denominadas "redes de águas residuais pluviais", as águas de precipitação atmosférica e as que com estas se misturam.

2 - A admissão de águas de arrefecimento em processos industriais ficará sujeita a autorização municipal, a qual será concedida, a requerimento do interessado, se, após estudo do assunto e ponderação das consequências, tal se mostrar aceitável, ficando as mesmas águas sujeitas a todo o tipo de encargos inerentes a águas residuais industriais.

Artigo 34º  
(Lançamentos interditos)

1 - Sem prejuízo do disposto em legislação específica, é interdito o lançamento no sistema público de drenagem, qualquer que seja o seu tipo, directamente ou por intermédio de canalizações dos sistemas prediais, de:

- a) Matérias explosivas ou inflamáveis;
- b) Matérias radioactivas;



- c) Águas residuais industriais de laboratórios ou instalações hospitalares que, pela sua natureza química ou microbiológica, constituam um elevado risco para a saúde pública ou para a conservação das tubagens;
- d) Entulhos, areias ou cinza;
- e) Águas residuais industriais a temperaturas superiores a 30°C;
- f) Lamas extraídas de fossas sépticas e gorduras ou óleos de câmaras retentoras ou dispositivos similares, que resultem de operações de manutenção;
- g) Quaisquer outras substâncias, nomeadamente, restos de comida ou outros resíduos, triturados ou não, que possam obstruir ou danificar os colectores ou os acessórios ou inviabilizar o processo de tratamento;
- h) Águas residuais industriais de unidades que contenham:
  - Compostos cíclicos hidroxilados e seus derivados halogenados;
  - Matérias sedimentáveis, precipitáveis e flutuantes que, por si ou após mistura com outras substâncias existentes nos colectores, possam pôr em risco a saúde do pessoal afecto à operação e manutenção dos sistemas públicos de drenagem ou as estruturas dos sistemas;
  - Substâncias que impliquem a destruição dos processos de tratamento biológico;
  - Substâncias que possam causar destruição dos ecossistemas aquáticos ou terrestres nos meios receptores;
  - Quaisquer substâncias que estimulem o desenvolvimento de agentes patogénicos;
- i) Águas pluviais nos sistemas separativos domésticos;
- j) Águas dos circuitos de refrigeração;
- k) Águas residuais que contenham gases nocivos e outras substâncias que, por si só, ou por interacção com outras sejam capazes de criarem inconvenientes para o público ou interferir com o pessoal afecto à operação e manutenção dos sistemas de drenagem.
- l) Lamas e resíduos sólidos em geral;
- m) Águas corrosivas ou incrustantes capazes de danificarem as estruturas e os equipamentos dos sistemas públicos de drenagem, designadamente, com pH inferior a 5,5 ou superior a 9,5;
- n) Águas residuais contendo produtos em qualquer estado que seja tóxico e em tal quantidade que, quer isoladamente quer por interacção com outras substâncias, possam constituir perigo para o pessoal afecto à exploração.

Formatadas: Marcas e numeração

2 - Apenas é permitido lançar nos sistemas separativos pluviais as seguintes águas residuais pluviais:

- a) Águas resultantes da precipitação atmosférica;
- b) Águas de circuitos de refrigeração sem degradação significativa;
- c) Águas de processo não poluídas;
- d) Quaisquer outras águas não poluídas, nomeadamente, de regas e drenagem.

#### Artigo 35º

(Condições de admissão de águas residuais industriais em sistemas de drenagem)

1 - Para que as águas residuais industriais e similares sejam admitidas nos sistemas públicos de drenagem, devem satisfazer as seguintes condições:

- a) Não comportarem pesticidas ou compostos organoclorados, para além dos limites definidos no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto ou outra legislação em vigor;
- b) Não provenham do exercício de actividade que, pela sua natureza, se encontrem sujeitas a normas sectoriais de descarga;



- c) Não comportem substâncias persistentes tóxicas e bio-acumuláveis, ou seja, substâncias perigosas, com excepção daquelas que são biologicamente inofensivas ou que rapidamente se transformam como tais;
- 2 - Para além das limitações impostas no número anterior, devem ainda as águas residuais industriais cumprir os valores máximos admissíveis definidos no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto ou outra legislação em vigor.
- 3 - Em qualquer caso a ligação ao sistema público de drenagem águas residuais industriais, só é admissível após apresentação ao Município do respectivo pedido, acompanhado de estudo técnico que, nomeadamente, defina:
- Caracterização do processo produtivo;
  - Caracterização do efluente a descarregar.
  - Definição dos parâmetros, com a indicação do:
    - a) Caudal médio diário;
    - b) Caudal de ponta instantâneo.
  - Concentrações máximas previsíveis para os parâmetros descritos no presente artigo;
- 4 - Uma vez analisado o pedido formulado, o Município pode impor a instalação de um pré-tratamento destinado à obtenção dos limites de descarga exigidos, podendo comportar, para além de outros órgãos, um tanque de regularização e equalização, um medidor de caudal com registo de dados em contínuo e um colector de amostras ou local para a sua instalação.
- 5 - A mistura das águas residuais industriais só pode ser concretizada após contrato estabelecido entre a entidade gestora e a unidade industrial, na qual fiquem definidas as condições de ligação à rede pública, nomeadamente, os caudais previstos e parâmetros admissíveis, sendo considerados os valores antes
- 6 - O Município, pode ainda impor o valor do caudal máximo horário a lançar no sistema público de drenagem, bem como os parâmetros de controlo da descarga no colector público.
- 7 - A entidade gestora poderá, a seu critério, exigir o controlo dos parâmetros objecto de contrato e seu posterior envio à entidade gestora, com periodicidade definida.
- 8 - As flutuações das características das águas residuais industriais, diárias ou sazonais, não podem, em caso algum, provocar perturbações nas estações de tratamento.
- 9 - Em situação de incumprimento consecutivo do referido anteriormente, à entidade gestora reserva-se o direito de avaliar a possibilidade de quebra de contrato de recolha, com consequente selagem da ligação ao sistema público de drenagem.

Artigo 36º  
(Descargas acidentais)

- 1 - Os responsáveis pelas águas residuais industriais devem tomar todas as medidas preventivas necessárias, para que não ocorram descargas acidentais que possam infringir os condicionamentos previstos no artigo 27º do presente Regulamento.
- 2 - Se ocorrer alguma descarga acidental, não obstante as medidas tomadas, o responsável pela instalação industrial deve informar, de imediato a Entidade Gestora que por sua vez deverá informar a entidade responsável pela Estação de Tratamento.





3 - Os prejuízos resultantes de descargas acidentais são objecto de indemnizações nos termos da lei e, nos casos aplicáveis, de procedimento criminal.

Artigo 37º  
(Medição dos parâmetros de qualidade)

1 - Os parâmetros de qualidade referidos no artigo anterior devem ser medidos à entrada do efluente no sistema de drenagem.

2 - A entidade gestora poderá determinar quaisquer outros pontos de medição, caso o julgue indispensável para avaliação correcta da carga de poluição.

3 - Os parâmetros de qualidade definidos no artigo anterior entendem-se como obrigatórios na autorização de ligação aos sistemas de drenagem.

Artigo 38º  
(Parâmetros quantitativos para admissão de águas residuais industriais em sistemas de drenagem)

1 - Antes da sua descarga em sistemas de drenagem, as águas residuais industriais cujas características se não conformem com os parâmetros quantitativos constantes deste artigo devem ser submetidas a controlo prévio apropriado.

2 - Os caudais de ponta das águas residuais industriais, deverão ser drenados pelos sistemas sem quaisquer problemas de natureza hidráulica ou sanitária.

3 - A flutuação dos caudais, diária ou sazonal, não deve ser de molde a causar perturbações nos sistemas de drenagem e nas estações de tratamento.

4 - A Entidade Gestora decidirá, em cada caso, sobre a admissibilidade de natureza quantitativa materializada nos números 2 e 3 anteriores.

Artigo 39º  
(Casos de explorações agrícolas, piscícolas e pecuárias)

1 - Desde que exista a possibilidade de ligação a sistemas de drenagem municipais, as águas residuais, provenientes de explorações agrícolas, piscícolas e pecuárias serão consideradas, para todos os efeitos, como águas residuais industriais e submetidas às limitações qualitativas e quantitativas constantes das disposições da presente secção.

Artigo 40º  
(Pré-tratamento para admissão de águas residuais em sistemas municipais de drenagem)

1 - Se, pelas suas características, as águas residuais não forem admissíveis, deverão ser submetidas a um pré-tratamento apropriado, o qual será objecto de projecto a aprovar pela entidade gestora.

2 - As despesas inerentes aos projectos e obra relativas a instalação de pré-tratamento e controlo de qualidade serão da conta dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou de outros prédios produtores das águas residuais.



#### Artigo 41º

(Operação, manutenção e vigilância das instalações de pré-tratamento)

1 - A operação e manutenção das instalações de pré-tratamento e controlo referidas no artigo anterior, ficará a cargo dos proprietários ou usufrutuários das edificações ou outros prédios produtores das águas residuais.

#### Artigo 42º

(Verificação da qualidade das águas residuais industriais em redes de drenagem públicas)

1 - A entidade gestora pode exigir aos empresários responsáveis por actividades industriais cujas águas residuais estejam ligadas aos sistemas municipais a prova das características dos seus efluentes, mediante leitura por instrumentos apropriados ou análises, a realizar em laboratório(s) aceite(s) por aquela.

2 - O intervalo entre as análises será estabelecido pela entidade gestora, tendo em conta o tipo de actividade industrial exercida.

3 - Além das previstas nos números anteriores, pode a entidade gestora promover a realização das análises que entenda convenientes, sendo o respectivo custo suportado pelos titulares dos estabelecimentos apenas quando os parâmetros de poluição exceder os valores admitidos.

4 - O disposto no presente artigo é extensível a quaisquer águas residuais que, pelas suas características, se assemelhem a águas residuais industriais.

#### Artigo 43º

(Medidores e registadores de caudais)

1 - Em todas as edificações, independentemente da sua utilização, que estejam ligadas aos sistemas municipais de águas residuais, a Entidade Gestora pode exigir a instalação de medidores de caudal, a intercalar no ramal de ligação à rede, sendo a instalação e manutenção daqueles equipamentos feita por aquela Entidade ou por quem esta autorizar, a expensas dos proprietários ou usufrutuários dos prédios ou dos utentes, consoante quem for directamente interessado.

2 - Sempre que a entidade pública o julgue necessário, deve exigir a instalação de medidores e registadores de caudais de águas residuais industriais antes da sua entrada na rede pública de drenagem.

3 - Os aparelhos referidos no número anterior serão verificados pelo pessoal da Entidade Gestora sempre que esta entenda fazê-lo.

#### Artigo 44º

(Limpeza de fossas sépticas)

1 - Em zonas não servidas por redes públicas de drenagem, os utentes são responsáveis pelo estado de conservação e limpeza das fossas sépticas;

2 - A limpeza das fossas sépticas pode ser efectuada a pedido dos interessados, por empresas particulares ou pela Entidade Gestora, utilizando para tal os meios mecânicos hidráulicos de sucção, transporte e destino final adequados.



3 - No caso da limpeza das fossas ser efectuada por empresas particulares, estas devem solicitar, por escrito, a autorização de descarga na Estação de Tratamento de Águas Residuais, com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.

## **CAPÍTULO IV**

### **TARIFAS E SERVIÇOS**

#### Secção I

#### REGIME TARIFÁRIO E SERVIÇOS PRESTADOS

##### Artigo 45º (Regime tarifário)

1 - Com vista à satisfação dos encargos relativos à drenagem e tratamento de águas residuais e para pagamento dos serviços prestados pela Entidade Gestora, atender-se-á ao previsto no anexo ao presente regulamento.

2 - O valor das tarifas e dos preços a cobrar pela Entidade Gestora será fixado anualmente por deliberação da Câmara Municipal.

3 - Às deliberações a que se refere o número anterior será dada publicidade por meio de edital, não podendo entrar em vigor antes de decorridos quinze dias a contar da data da sua publicação.

4 - Compete à Câmara Municipal definir os valores das tarifas médias a pagar pelos diferentes utilizadores dos sistemas públicos de drenagem de águas residuais.

5 - Tanto na fixação das tarifas médias, como na definição da estrutura tarifária deverá atender-se aos princípios do equilíbrio económico e financeiro do serviço, com um nível de atendimento adequado

6 - De modo a permitir uma correcta liquidação das tarifas e preços e uma adequada apreciação das reclamações, deverão ser definidas, e publicitadas, pela Entidade Gestora, as directivas a aplicar em execução deste Regulamento e das deliberações referidas nos números antecedentes.

##### Artigo 46º (Tarifas e taxas)

1 - Na área do Município de Macedo de Cavaleiros para a satisfação dos encargos relativos à drenagem e tratamento de águas residuais, serão devidas as seguintes tarifas:

- a) Tarifa de ligação;
- b) Taxa de disponibilidade de serviço;
- c) Tarifa de utilização e tratamento.

2 - Poderá ainda a entidade gestora, no âmbito das actividades relativas à construção, exploração e administração dos sistemas de drenagem pública de águas residuais, cobrar os seguintes preços por serviços prestados:

- a) Vistorias;
- b) Ensaios;



- c) Ampliação e extensão da rede pública, quando esses encargos possam caber aos proprietários ou usufrutuários;
- d) Limpeza de fossas.

Artigo 47º  
(Tarifa de ligação)

1 - A tarifa de ligação respeita aos encargos relativos ao estabelecimento dos sistemas de drenagem pública de águas residuais e incide sobre a valia da permissão de ligação de um prédio ou fracção autónoma, quando for caso disso, àqueles sistemas, já estabelecidos.

2 - A tarifa de ligação será a constante no anexo ao presente regulamento.

3 - O valor da tarifa de ligação e as respectivas condições de liquidação e pagamento serão fixadas pela Entidade Gestora, em obediência às regras e princípios indicados no artigo 45º e neste preceito.

4 - A tarifa de ligação é devida pelo proprietário ou usufrutuário do prédio e, solidariamente, pelo requerente da licença de construção, quando este não possuir qualquer daquelas qualidades.

5 - A tarifa de ligação será paga, por uma só vez, antes da passagem da licença de habitação ou de utilização, quando se tratar de prédios urbanos novos, ou no momento em que for requerida a ligação ao sistema municipal, quando se tratar de prédios já existentes, mas ainda não ligados, ou de prédios rústicos.

Artigo 48º  
(Tarifa de conservação)

1 - A tarifa de conservação respeita aos encargos com a manutenção dos sistemas de drenagem pública de águas residuais e incide sobre a valia da disponibilidade daqueles sistemas, devidamente conservados, relativamente aos prédios ou fracções autónomas, quando for caso disso, que a eles devam estar ligados.

2 - A tarifa de conservação será a constante no anexo ao presente regulamento.

3 - O valor da tarifa de conservação e as respectivas condições de liquidação e pagamento serão fixadas pela Câmara Municipal, em obediência às regras e princípios indicados no artigo 45.º e neste preceito.

4 - A tarifa de conservação é devida pelos proprietários ou usufrutuários dos prédios ou fracções.

5 - A tarifa de conservação será paga em duodécimos, cobrada juntamente com as facturas de água.

Artigo 49º  
(Tarifa de utilização e tratamento)

1 - A tarifa de utilização e tratamento respeita aos encargos relativos à condução, tratamento e destino final das águas residuais produzidas e incide sobre a valia dos serviços, nessa medida, prestados aos utilizadores que gozem de ligação dos



respectivos sistemas prediais à rede pública de drenagem ou que, em qualquer caso, subscrevam contrato com a Entidade Gestora.

2 - A tarifa de utilização será determinada com base nos consumos de água, havidos ou estimados, dos utilizadores, e constante na Tabela Geral Taxas e Licenças, em vigor neste Município.

3 - Havendo furos ou poços de que os utilizadores se sirvam poderá a Entidade Gestora estimar os respectivos consumos ou mandar instalar aparelhos de medida adequados, com vista a uma justa determinação da tarifa.

4 - O valor da tarifa de utilização e as respectivas condições de liquidação e pagamento serão fixados pela Entidade Gestora, em obediência às regras e princípios indicados no artigo 45º e neste preceito.

5 - A tarifa de utilização é devida pelo titular do contrato de fornecimento de água ou pelo titular do contrato autónomo de recolha de águas residuais.

6 - A tarifa de utilização será cobrada juntamente com as facturas de água, com a devida menção.

7 - Na definição da estrutura tarifária, poderá a Câmara Municipal vir a fixar factores de correcção, designadamente para utilizadores comerciais e industriais específicos, como a restauração ou lavandarias, de forma a garantir-se maior adequação e equidade dos custos suportados por tais utilizadores.

## Secção II

### ISENÇÕES E REDUÇÕES

#### Artigo 50º (Isenções)

1 - Estão isentos das tarifas de ligação e de conservação:

- a) As Autarquias e suas associações;
- b) As fracções autónomas constituídas por garagens, ou lojas que não possuam instalações sanitárias.

2 - Nos casos em que o valor da tarifa de conservação não justifique as despesas inerentes à liquidação e cobrança, os quais serão anualmente previstos pela Câmara Municipal, não será exigido o pagamento dessa tarifa.

3 - O valor patrimonial relativo às garagens é relevante para efeito da determinação da tarifa de ligação devida pelo prédio, sempre que nele estejam fisicamente integradas.

4 - Poderá a Câmara Municipal estabelecer uma tarifa única para as lojas de centros comerciais, atendendo à sua especificidade.



Artigo 51º  
(Redução de tarifas)

1 - Os utilizadores domésticos que se encontrem em situação de carência económica – presumindo-se, desde logo, como tal a posse de um rendimento "per capita" inferior a metade do ordenado mínimo nacional – poderão solicitar a redução em 50% do valor relativo às tarifas de conservação e utilização, por deliberação da Câmara Municipal.

2 - Em casos excepcionais, devidamente fundamentados, poderá ser autorizado o pagamento em prestações das tarifas previstas no anexo ao presente regulamento, num máximo de seis, com base num plano de pagamentos.

## CAPÍTULO V

### PENALIDADES, RECLAMAÇÕES E RECURSOS

#### Secção I

#### PENALIDADES

Artigo 52º  
(Regime aplicável)

1 - A violação do disposto no presente Regulamento Municipal constitui contra-ordenação punível com as coimas indicadas nos artigos seguintes.

2 - O regime legal e de processamento das contra-ordenações obedecerá ao disposto no Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro e respectiva legislação complementar.

3 - A negligência e a tentativa são sempre puníveis.

Artigo 53º  
(Regra geral)

1 - A violação de qualquer norma deste Regulamento para a qual não esteja, no artigo seguinte, especialmente prevista a penalidade correspondente, será punida com uma coima fixada entre o mínimo de 100 € e o máximo de 1000 €.

2 - Será, designadamente, punido com as coimas previstas no nº 1 todo aquele que:

- a) Incorrer em violação dos deveres fixados no artigo 7.º alíneas a) e e) e no artigo 8º alíneas a), d) e e);
- b) Proceder a despejos ou drenagem de águas residuais, provenientes de fossas, para a via pública ou terrenos contíguos;
- c) Consinta na execução ou execute obras nos sistemas prediais de drenagem, mesmo que já estabelecidos e aprovados, sem prévia autorização da Entidade Gestora;
- d) Impeça ou se oponha a que os funcionários, devidamente identificados, da Entidade Gestora exerçam a fiscalização do cumprimento deste Regulamento.

3 - No caso de a contra-ordenação ter provocado consequências ou danos sanitários, será a mesma punida nos termos do artigo seguinte.



Artigo 54º  
(Violação de regras do serviço público)

1 - Será punido com uma coima variando entre o mínimo de 200€ e um máximo de 2000€ todo aquele que:

- a) Proceder à instalação de sistemas públicos ou prediais de drenagem de águas residuais sem obediência das regras e condicionantes técnicas aplicáveis;
- b) Sendo utente, não cumpra qualquer dos deveres impostos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto;
- c) Proceder a lançamentos interditos, como tal previstos no artigo 34º deste Regulamento e artigo 117º do Decreto-Regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto.

Artigo 55º  
(Punição de pessoas colectivas)

Quando aplicadas a pessoas colectivas as coimas previstas nos artigos antecedentes serão elevadas ao dobro, podendo a coima máxima atingir os 4000€, nos termos previstos no artigo 29º do Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto.

Artigo 56º  
(Reincidência)

Em caso de reincidência, a contra-ordenação será punida pelo pagamento da coima aplicada pelo dobro, reduzido ao limite máximo imposto por lei, quando for caso disso.

Artigo 57º  
(Extensão da responsabilidade)

1 - A aplicação do disposto nos artigos anteriores não inibe da responsabilidade civil ou criminal que ao caso couber.

2 - O infractor será obrigado a executar os trabalhos que lhe forem indicados dentro do prazo que para o efeito lhe for fixado e a ele serão imputadas as despesas feitas e os danos que da infracção resultarem para a Entidade Gestora.

Artigo 58º  
(Produto das coimas)

Salvo estipulação expressa da Lei em contrário, o produto das coimas constitui receita municipal.

Artigo 59º  
(Competência)

1 - A competência para a instrução dos processos de contra-ordenação competirá ao Presidente da Câmara ou em quem este delegar para o efeito.

2 - A competência para a aplicação das coimas caberá igualmente ao Presidente da Câmara ou em quem este delegar para o efeito.



## Secção II

### RECLAMAÇÕES E RECURSOS

#### Artigo 60º

(Reclamações e recursos)

1 - A qualquer interessado assiste o direito de reclamar junto dos Serviços Competentes contra qualquer acto ou omissão destes, que tenha lesado os seus direitos ou interesses legítimos protegidos por este Regulamento.

2 - O requerimento deverá ser despachado pelo autor do acto, quando competente para efeito, ou pelo director de serviços, no prazo de vinte dias, se outro mais curto não estiver estabelecido, notificando-se o interessado do teor do despacho e respectiva fundamentação.

3 - No prazo de trinta dias a contar da comunicação referida no número anterior, pode o interessado interpor recurso hierárquico para a Câmara Municipal.

4 - As reclamações não têm efeito suspensivo.

#### Artigo 61º

(Recurso da decisão de aplicação da coima)

A decisão do órgão competente que aplicar uma coima pode ser impugnada judicialmente, nos termos fixados no Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### Secção I

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### Artigo 62º

(Desburocratização e desconcentração de poderes)

Na exigência do cumprimento das normas deste Regulamento, deve a entidade gestora ter a preocupação da eficiência, qualidade do serviço e atenção aos utilizadores, adoptando, para o efeito as medidas que sendo razoáveis e permitidas, se afigurem mais favoráveis e facilitadoras.

#### Artigo 63º

(Revogações)

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação.





## ANEXO

### TRTAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

#### Limpeza e saneamento urbano

1 – Limpeza de fossas colectoras:

- a) – Utentes particulares (por cada deslocação e limpeza total) -----30,00€
- b) – Utentes comerciais ou industriais (por cada hora ou fracção de utilização, taxa a acrescentar à anterior) -----8,00€
- c) – Desobstrução e limpeza de colectores-----30,00€

#### Tarifas de ligação

1 – A tarifa de ligação de saneamento é calculada por m2 de área do prédio ou fracção, não se incluindo as áreas não afectas à habitação:

- a) – Na freguesia de Macedo de Cavaleiros-----2,50€/m2
- b) – Nas restantes freguesias-----1,50€/m2
- 2 – Serviços, comercio e indústria-----1,50€/m2

#### Taxa de disponibilidade de saneamento

1 – Calculada sobre o valor patrimonial do imóvel:

- a) – Valor Patrimonial de 0 a 20.000€-----1,00€/mês
- b) – Valor Patrimonial de 20.000 a 60.000€-----2,50€/mês
- c) – Valor Patrimonial de 60.000 a 100.000€-----3,00€/mês
- d) - Valor Patrimonial > de 100.000€-----3,50€/mês

#### Tarifa de tratamento

Em função do consumo de água e através da formula seguinte:

$$Tt = CA \times 0,45€/mês$$

Sendo CA o consumo mensal da água em m3.

